

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
04 AGO 2015
Protocolo: 037/15
Processo: 037/15



AO EXPEDIENTE
Veto Total nº 025/15 Em: 16 JUL 2015

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Recebido, Autue-se e inclua em pauta.
04 AGO 2015
Secretário

MENSAGEM N. 135 , DE 15 DE JULHO DE 2015.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Ficam obrigado os supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares, a divulgarem a data de validade dos alimentos e mercadorias postos em promoção em seus estabelecimentos” (sic), encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 128/2015-ALE, de 2 de julho de 2015.

O Autógrafo de Lei em epígrafe obstina tornar obrigatória a divulgação do prazo de validade para produtos expostos em promoção, criando, indiretamente, obrigações acessórias de fiscalização e aplicação de penalidades para os órgãos do Poder Executivo, o que, indiscutivelmente, acarreta em vício de iniciativa e, ainda, violação ao princípio da separação dos poderes.

Aduz o comando central do projeto que “Os alimentos e mercadorias expostas em promoção deverão informar o prazo de validade”. Tal comando se destina aos estabelecimentos comerciais, incluindo supermercados, hipermercados e similares.

Infere-se, contudo, da análise sistemática das normas do ordenamento brasileiro, que inexistente interesse legislativo quanto à criação dos comandos constantes no referido Autógrafo de Lei, havendo, ainda, invasão de competência legislativa do Poder Executivo, o qual é o legítimo responsável por ditar as normas sobre a organização administrativa, serviços públicos e pessoa da administração.

Embora se reconheça que aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cabem a fiscalização e o controle da produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, por meio da possibilidade de baixarem normas sobre as mencionadas disciplinas, conforme o artigo 55, § 1º, da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, certo é que a indigitada prerrogativa deve ser exercida segundos limites estabelecidos pela Constituição e pela lei, em caráter concorrente com os demais entes federativos, inclusive com a União.

Deve-se, igualmente, respeitar as premissas do interesse público e da utilidade da norma, dentro da aplicação efetiva dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Por essa razão, cumpre destacar a existência de normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro que regulamentam o tema proposto pela Assembleia Legislativa, bem como órgãos próprios destinados a efetuar a fiscalização dos bens de consumo perecíveis.

Ao consumidor são outorgados numerosos direitos que possibilitam a defesa quanto aos eventuais abusos dos fornecedores, todos exaustivamente previstos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Segundo o artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, é direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem, e mais:

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
16 JUL 2015
Solange Costa
Servidor(nome legível)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével. (grifou-se)

Sobre outro aspecto, também no âmbito nacional, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA é a responsável pelas atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização da área de vigilância sanitária.

Desse modo, bem se vê que no Projeto de Lei inexistente interesse público, fundamento central para a política, a democracia e a natureza do próprio governo.

Como sustenta o Douto Hely Lopes Meirelles, em sua clássica obra “Direito Administrativo Brasileiro” (Malheiros, 23ª ed., p. 88), a finalidade terá sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: o interesse público. É justamente este escopo que deve pautar todas as ações do administrador público, qual seja, a finalidade pública, premissa fundamental da gestão da *res publica*.

Nesse contexto, é indisputável que a matéria a qual a Assembleia Legislativa pretende regular prescinde de complemento normativo, não somente pelo que explicita o texto da Constituição Federal, mas principalmente pelo que já dispõe o Código de Defesa do Consumidor.

A regulação do consumo corresponde à necessidade de dupla análise, de um lado, a proteção do consumidor, concedendo-lhe direitos perante o fornecedor e, de outro, na interferência direta no modo de agir do fornecedor, que, em regra, é um empresário ou uma sociedade empresária.

Se o direito do consumidor nasce em razão direta do consumo de massa, que tende a se revestir de caráter amplo e universal, não é lógico nem razoável que a sua regulação se descentralize entre as diversas unidades da República Federativa, de modo a dar ampla liberdade sem critérios definidos.

O próprio Código de Defesa do Consumidor insere-se, conforme convenção doutrinária, entre os microssistemas legislativos, ou seja, há em um só diploma, a confluência de normas de variada natureza, tudo para evidenciar a pluralidade de contextos em que se encerra o consumo.

A autorização constitucional para que os Estados legislem na seara do consumo, se exercida de maneira ostensiva, sem observância dos limites legais, pode acarretar sérios complicadores e elevados custos para a atividade empresarial, o que, ao fim, tornar-se-ia prejudicial ao sujeito hipossuficiente da relação consumerista.

Alteia-se, por fim, a inconstitucionalidade citada anteriormente, a qual cinge-se à violação do princípio da separação dos poderes, previsto no artigo 2º, da Constituição Federal, na medida que as disposições do Autógrafo de Lei impõem ônus ao Poder Executivo.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Ora, se há a definição de uma obrigação cujo descumprimento sujeita a aplicação de penalidades, obviamente, há também que se ter um órgão responsável pela fiscalização e aplicação das referidas obrigações e penalidades.

Ocorre que compete exclusivamente ao Poder Executivo iniciar o processo legislativo das matérias que tratam, especificamente, da organização administrativa e orçamentária, serviços públicos e pessoa da administração, o que não foi observado no caso presente, tornando o Projeto de Lei em análise inconstitucional.

A Constituição Estadual veda que qualquer dos Poderes interfira na independência um do outro, consoante o mandamento constitucional federal, *in verbis*:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer o de outro.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, assevera que a usurpação do poder de instauração do processo legislativo em matéria constitucionalmente reservada à iniciativa de outros órgãos e agentes estatais configura transgressão ao texto da Constituição da República e gera a inconstitucionalidade formal da lei assim editada.

É indisputável, portanto, que a propositura de qualquer projeto pela Assembleia Legislativa quando, em verdade, tratar-se de matéria privativa do Executivo caracteriza ato inconstitucional por vício de iniciativa. Assim, a instituição indireta de obrigações para órgãos ou pessoas que integram o Poder Executivo possui iniciativa reservada.

Como assinala o Íncrito Manoel Gonçalves Ferreira Filho “o aspecto fundamental da iniciativa reservada está em resguardar a seu titular a decisão de propor direito novo em matérias confiadas à sua especial atenção, ou de seu interesse preponderante” (Do Processo Legislativo, São Paulo, Saraiva, p. 204).

Ante o exposto, oferece-se esta Mensagem de Veto Total para apreciação do egrégio Poder Legislativo, por meio dos seus ilustres representantes, para que conhecendo os motivos constitucionais, legais e de interesse público, possam formar livre e motivada convicção para corroborar e endossar as razões de veto.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.


CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador